

RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.318 - RJ (2019/0040393-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADO : LUIZ HENRIQUE FERREIRA LEITE - RJ073690
RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS E CONSTRUÇÃO NAVAL DE ANGRA DOS REIS
ADVOGADOS : LUIZ SÉRGIO CORDEIRO DA ROCHA - RJ128433
ROGERIO DOS SANTOS CARDOSO E OUTRO(S) - RJ196493

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da CF, contra acórdão do TJRJ assim ementado (e-STJ fls. 280/281):

QUESTÃO DE ORDEM. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DECISÃO QUE INDEFERIU TUTELA DE URGÊNCIA PARA MANTER HOSPITAL NA REDE CREDENCIADA.

PLANO DE SAÚDE OFERECIDO POR EMPREGADOR. DIREITO TRABALHISTA RESULTANTE DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL COMUM E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA. NULIDADE DA DECISÃO AGRAVADA. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA EM FAVOR DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 109/112).

A recorrente, nas razões do recurso especial, aponta violação dos seguintes dispositivos legais:

(i) arts. 502 do CPC/2015, 6º, §§ 1º e 2º, da LICC, tendo em vista ser "nulo e sem efeito v. acórdão estadual que declinou a competência da Justiça Comum para Justiça Especializada" (e-STJ fl. 160), posto que "o exame do agravo de instrumento de decisão que indeferiu a tutela de urgência fica prejudicado, ante a perda de seu objeto, eis que foi prolatada sentença, já transitada em julgado, pelo que o provimento jurisdicional de cunho provisório foi substituído por outro de natureza definitiva" (e-STJ fl. 160). Afirma que "a declaração de incompetência absoluta do juiz não pode ser feita após o trânsito em julgado de sentença por ele proferida" (e-STJ fl. 161). Argumenta que "a sentença proferida por juiz absolutamente incompetente não é nula, nem anulável, mas rescindível, conforme preconiza o art. 966, II, do Código de Processo Civil (antigo art. 485, II, do CPC/ 73). Vale dizer, o juiz não pode, pois, decretar, de ofício a rescisão. Exige-se a ação" (e-STJ fl. 161) e

(ii) art. 64 do CPC/2015, porque "o que se discute são as cláusulas de contrato de prestação de serviços por plano de saúde. Não se discute aqui relação trabalhista vinculada ao contrato de trabalho, nos termos da CLT, mas sim direito próprio do beneficiário, previsto na Lei 9656/98. A natureza civil da questão é latente. Não há sequer dispositivo das leis

trabalhistas em debate; todos são de natureza cível, qual seja a Lei 9.656/98, que regula os planos de saúde. Logo, o fato de o plano de saúde empresarial firmado entre a entidade empregadora e a operadora de saúde ter sido regulado mediante acordo coletivo de trabalho, não altera absolutamente nada a competência da Justiça Comum, pois não se discute, repisa-se, qualquer questão relativa ao vínculo empregatício" (e-STJ fls. 163/164).

Busca o provimento do recurso "a fim de reconhecer a eficácia da r. sentença de mérito já transitada em julgado ou, reconhecer a competência da Justiça Comum para o julgamento da causa" (e-STJ fl. 166).

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 246).

Parecer do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do recurso (e-STJ fls. 278/284).

É o relatório.

Decido.

Da ausência de prequestionamento

A tese do trânsito em julgado da sentença e, consequentemente, violação dos arts. 502 do CPC/2015, 6º, §§ 1º e 2º, da LICC, não foi analisada pelas instâncias ordinárias e sequer levantada nas razões dos embargos de declaração, circunstância que impede o conhecimento da insurgência por falta de prequestionamento. Assim, devem ser aplicadas ao caso as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Ademais, segundo a jurisprudência sedimentada do STJ, mesmo as questões de ordem pública devem ser prequestionadas para ser examinadas em recurso especial. Confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ALEGAÇÃO DE DECADÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL NÃO ALCANÇA O FUNDO DO DIREITO. ABRANGE SOMENTE AS PARCELAS ANTERIORES AOS CINCO ANOS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A parte agravante apresenta inovação recursal, tendo em vista que o tema da decadência somente foi trazido aos autos por ocasião do presente recurso. Vale frisar que, mesmo sendo a referida matéria de ordem pública, não há como dispensar o devido prequestionamento.

2. Nos casos de obrigação de trato sucessivo, é predominante na jurisprudência desta Corte Superior que a prescrição atinge apenas as parcelas vencidas no quinquênio que precede o ajuizamento da ação, não atingindo o próprio fundo de direito, nos termos das Súmulas 291 e 427, ambas do STJ. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1234653/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/6/2018, DJe 15/6/2018.)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ALEGAÇÕES DE OCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. DESCABIMENTO.

1. Ao longo do processo, a parte agravante sustenta a ocorrência do instituto da prescrição e, somente em sede de agravo interno, inova com alegação de decadência do direito de ação.

2. As questões de ordem pública são passíveis de conhecimento de ofício nas instâncias ordinárias, contudo, estas devem observar o requisito do prequestionamento na via do recurso especial. Precedentes.

3. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

4. A jurisprudência do STJ se consolidou no sentido de que a prescrição, em se tratando de relação de previdência privada consistente na complementação de aposentadoria, em que configurada obrigação de trato sucessivo, alcança tão somente as parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, mas não o próprio fundo do direito.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 965.866/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/3/2018, DJe 9/3/2018.)

Da competência da Justiça do Trabalho

Em relação à competência, o Tribunal de origem entendeu ser da Justiça do Trabalho pelos seguintes fundamentos (e-STJ fl. 80):

Dispõe o art. 114 da CR que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei (inciso IX).

Tem-se que no plano de saúde empresarial contratado entre o empregador e a agravada em favor dos empregados representados pelo sindicato/agravante se traduz em estipulação em favor de terceiro, o que torna a prestação integrante da relação de trabalho. Além do mais, o sindicato tem legitimidade para postular em nome de seus associados o que foi acordado coletivamente com o empregador em favor dos trabalhadores/representados.

Assim, considerando que o contrato de prestação de serviços de saúde está disciplinado em acordo coletivo de trabalho, evidencia-se a competência da Justiça do Trabalho para apreciar a matéria.

Dessa forma, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO INDICADO PELO MÉDICO ASSISTENTE DA AUTORA. RECUSA DE AUTORIZAÇÃO. BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE CONCEDIDO PELA PETROBRAS AOS FUNCIONÁRIOS ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES. DIREITO ASSEGURADO EM ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. JURISPRUDÊNCIA SEDIMENTADA DA SEÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. CONTROVÉRSIA DISTINTA DAQUELA EXAMINADA NO JULGAMENTO DO CC N. 157.664/SP. PROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO.

1. Conflito negativo estabelecido entre a Justiça comum estadual e a trabalhista acerca da competência para julgamento de ação de obrigação de fazer c/c pedido de indenização por danos morais movida por beneficiária do programa de assistência à saúde oferecido pela Petrobras, em razão de haver sido recusada cobertura para procedimento cirúrgico, indicado pelo médico assistente, ao qual a empresa ré estaria contratualmente obrigada.

2. Na esteira de sedimentada jurisprudência desta Corte, tendo em vista que o referido

Superior Tribunal de Justiça

programa de assistência à saúde consiste em benefício concedido pela Petrobras, em acordo coletivo de trabalho, a seus funcionários ativos e inativos, pensionistas e dependentes, a competência para julgar as lides a ele relacionadas é da Justiça do Trabalho.

3. Hipótese dos presentes autos que é totalmente distinta daquela esquadrinhada por esta Seção no julgamento do CC n. 157.664/SP.

4. Agravo interno provido para reafirmar a competência da Justiça do Trabalho.

(AgInt no CC 160.361/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/11/2018, DJe 14/12/2018.)

Incide, portanto, a Súmula n. 83 do STJ.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator